

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

Vinculada ao Ministério da Integração Nacional – MI
7ª Superintendência Regional
Rua Taumaturgo de Azevedo, n.º 2315, Centro – Teresina/PI – CEP 64001-340
TEL: (86) 3215-0147 - FAX: (86) 3215-0147 - e-mail: 7a.sl@codevasf.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO
EDITAL N.º 05/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM VIGILÂNCIA PATRIMONIAL E PESSOAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA, A SEREM EXECUTADOS DE FORMA CONTÍNUA, COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA E DE TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, EM TERESINA, ESTADO DO PIAUÍ.

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

PROCESSO Nº 59570.000011/2017-24

PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL N.º 05/2017-7ªSR

A V I S O

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, torna público aos interessados que na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, de acordo com as condições deste Edital.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em vigilância patrimonial e pessoal para a prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, com cessão de mão de obra e de todos os equipamentos necessários, para atender às necessidades da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, em Teresina, Estado do Piauí.

DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: Edital e seus Anexos estará disponível para consulta e retirada de cópia nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.codevasf.gov.br. Caso a licitante não consiga baixar os arquivos dos referidos sítios, o Edital e seus elementos constitutivos encontram-se à disposição dos interessados na sede da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, mediante apresentação de CD-ROM, localizada na Rua Taumaturgo de Azevedo, nº 2315, Bloco 02, Sala 106, Centro, Teresina – PI, telefone (86) 3215-0147, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta feira, a partir do **dia 07/04/2017**.

ENVIO DAS PROPOSTAS: A partir da disponibilização do Edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br até a abertura da sessão, respeitado o interregno mínimo de 08 (oito) dias úteis para divulgação da licitação.

DATA E HORÁRIO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS (INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA): Às 10:00h (dez horas) do dia 24 (vinte e quatro) de abril de 2017 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

LOCAL DA SESSÃO: www.comprasgovernamentais.gov.br

OBSERVAÇÃO: O presente Pregão Eletrônico será realizado por meio da Internet e observará as condições estabelecidas no Edital em epígrafe, bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, e do Decreto n.º 5.450/2005, de 31/05/2005, Instrução Normativa n.º 02/2008, e subsidiariamente os dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Teresina (PI), 06 de abril de 2017.

FÁBIO ANDRÉ FREIRE MIRANDA
Superintendente Regional – 7ª SR
CODEVASF – 7ª/SR

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

ÍNDICE

1. OBJETO, LOCALIZAÇÃO, DESCRIÇÃO GERAL
2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
3. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS
4. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
5. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO
6. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
7. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
8. FORMULAÇÃO DOS LANCES
9. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
10. HABILITAÇÃO
11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
13. CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO
14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
15. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
16. OBRIGAÇÕES GERAIS
17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
18. GARANTIA DE EXECUÇÃO
19. GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
20. REPACTUAÇÃO E REAJUSTAMENTO
21. FISCALIZAÇÃO
22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO
23. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXOS

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS
ANEXO III	TERMO DA PROPOSTA
ANEXO IV	MODELO DE DECLARAÇÕES
ANEXO V	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
ANEXO VI	DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAÇÃO DA CONTA VINCULADA PARA GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
ANEXO VII	MINUTA DO CONTRATO
ANEXO VIII	GUIA DE RETIRADA DO EDITAL

7ª SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

PROCESSO Nº 59570.000011/2017-24

PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL N.º 05/2017 -7ªSR

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que, nas datas, horários e local abaixo indicado, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

Esta licitação observará as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, do Decreto n.º 5.450 de 31/05/2005, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, Instrução Normativa n.º 02/2008, e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DATA E HORA PARA ENVIO DE PROPOSTAS: A partir da disponibilização do Edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br até a abertura da sessão, respeitado o interregno mínimo de 08 (oito) dias úteis para divulgação da licitação.

DATA E HORA PARA ABERTURA DA SESSÃO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 24/04/2017, às 10:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

LOCAL DA SESSÃO: HYPERLINK “[http:// www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)”

São ANEXOS deste Edital, fazendo parte integrante do mesmo os seguintes documentos:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS
ANEXO III	TERMO DA PROPOSTA
ANEXO IV	MODELO DE DECLARAÇÕES
ANEXO V	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
ANEXO VI	DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAÇÃO DA CONTA VINCULADA PARA GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
ANEXO VII	MINUTA DO CONTRATO
ANEXO VIII	GUIA DE RETIRADA DO EDITAL

1. OBJETO, LOCALIZAÇÃO, DESCRIÇÃO GERAL

1.1. OBJETO

1.1.1. Contratação de empresa especializada em vigilância patrimonial e pessoal para a prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, com cessão de mão de obra e de todos os equipamentos necessários, para atender às necessidades da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, em Teresina, Estado do Piauí.

1.2. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.2.1. Edifício sede da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizado na rua Taumaturgo de Azevedo n.º 2315 – bloco II, Centro, Teresina-PI.

1.3. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

1.3.1. A descrição geral detalhada, quantitativos e orçamentação dos serviços objeto desta licitação constam nos Termos de Referências (Anexo I) e Planilha estimativa de quantitativos e preços (Anexo II).

1.3.2. DOS POSTOS

1.3.2.1. Posto de Vigilância: é a unidade de medida da prestação do serviço de vigilância definido segundo uma das seguintes escalas de trabalho:

TIPO DE POSTO	Quantidade de postos
Vigilância Armada (DIURNO DIÁRIO) - Posto de vigilância que envolve dois vigilantes, que se revezam na escala 12 x 36h, para o período diurno das 07h às 19h, de segunda a domingo, inclusive feriados.	02
Vigilância Armada (NOTURNO DIÁRIO) - Posto de vigilância que envolve dois vigilantes, que se revezam na escala 12 x 36h, para o período noturno das 19h às 07h, de segunda a domingo, inclusive feriados.	02

1.3.2.2. Para cada posto 12x36 h será contratado dois vigilantes diurnos e dois noturnos, totalizando quatro por posto.

1.3.2.3. O número de postos de vigilância poderá ser acrescido ou diminuído de acordo com as necessidades e conveniências da CODEVASF, respeitado os preceitos legais

1.3.3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

1.3.3.1. A prestação dos serviços de vigilância, no posto fixado pela CODEVASF, envolve a alocação, pela contratada, de mão de obra capacitada para:

1.3.3.1.1. Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato ou a 7ªGRA/USA, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

1.3.3.2. Manter afixado, no Posto, os telefones de emergência – Delegacia de Polícia, Polícia Federal, Corpo de Bombeiros, etc;

1.3.3.3. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração (fiscal), bem como as que entenderem oportunas, além de informar, sempre que constatada aglomeração, permanência de pessoas, nas imediações dos edifícios, ações de depredação e/ou possibilidade de invasão do prédio, presença de delinquentes e de outros suspeitos;

1.3.3.4. Permitir o ingresso nas instalações da Superintendência somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

1.3.3.5. Retirar do interior do prédio pessoas não autorizadas que tenham burlado a vigilância;

1.3.3.6. Não permitir o acesso de pessoa, que se negue à identificação regulamentar, salvo por decisão e/ou autorização expressa do contratante.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 1.3.3.7. Manter a ordem, bem como realizar a segurança e o controle de entrada e saída de veículos no estacionamento, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;
- 1.3.3.8. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- 1.3.3.9. Comunicar ao fiscal do contrato ou ao chefe da 7ªGRA/USA, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da CODEVASF;
- 1.3.3.10. Colaborar com as Polícias Civil, Militar e Federal nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da CODEVASF, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- 1.3.3.11. Controlar rigorosamente a entrada e saída de pessoas após o término de cada expediente de trabalho, registrando o nome, RG ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;
- 1.3.3.12. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração;
- 1.3.3.13. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela 7ª/GRA/USA, no caso de desobediência;
- 1.3.3.14. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança do serviço e das instalações da CODEVASF;
- 1.3.3.15. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados da Contratada ou de terceiros;
- 1.3.3.16. Executar a(s) ronda(s) diária(s), conforme orientação repassada pela Fiscalização ao Preposto, verificando todas as dependências e instalações do contratante, salvo as áreas reservadas e que necessitem de autorização prévia para o acesso, adotando, quando requeridas, as providências necessárias para o correto desempenho das suas funções e responsabilidades;
- 1.3.3.17. Assumir diariamente o Posto, com o vigilante devidamente uniformizado, limpos e com aparência pessoal adequada;
- 1.3.3.18. Manter o(s) vigilante(s) no Posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- 1.3.3.19. Adotar os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio do armamento, de acordo com as orientações e determinações, previstas em Lei, Normas e treinamentos.
- 1.3.3.20. Registrar no livro próprio e controlar as ocorrências do Posto em que estiver prestando seu serviço;
- 1.3.3.21. A programação dos serviços será feita periodicamente pela CODEVASF e deverá ser cumprida, pela Contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 1.3.3.22. Utilizar a arma somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da CODEVASF, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;
- 1.3.3.23. Portar a arma no coldre, mantendo atenção para que o fecho de segurança do coldre permaneça sempre travado;
- 1.3.3.24. Nunca brincar com a arma, manuseá-la desnecessariamente ou entregar a outras pessoas, mesmo que qualificadas;
- 1.3.3.25. Controlar o sistema de monitoramento, avisando aos demais postos ou a Administração de qualquer atividade estranha ou fora da normalidade;
- 1.3.3.26. Observar as normas internas da repartição e do Serviço Público Federal;
- 1.3.3.27. Manter sigilo de informações, que pela sua natureza não deva ser divulgada. Em caso de descumprimento do sigilo de informações, a Administração procederá à análise e aplicação das ações cabíveis, sem prejuízo das sanções na esfera penal e civil;
- 1.3.3.28. Registrar no livro de ocorrência os principais fatos relativos ao serviço;
- 1.3.3.29. Manter-se atento aos visitantes e, havendo alguma suspeita abordar de forma educada visando a averiguar a real situação;
- 1.3.3.30. Impedir servidores e terceiros, não autorizados por escrito, a acessar as dependências da CODEVASF/7ª Superintendência em horário, fora do expediente, realizando a devida comunicação ao fiscal do contrato ou a GRA/USA, bem como o registro no Livro de Ocorrências;
- 1.3.3.31. Não permitir a entrada de qualquer pessoa, em traje incompatível com o ambiente de trabalho, para cuja ocorrência deverá ser acionado o fiscal do contrato, salvo quando ficar caracterizada situação de emergência com potencial risco de vida e reconhecida necessidade de pronto atendimento/socorro médico;
- 1.3.3.32. Verificar diariamente, se as portas e janelas, estão devidamente fechadas, e ao final do expediente, manter a guarda de todas as chaves das salas da 7ªSR;
- 1.3.3.33. Hastear e arriar, diariamente, o conjunto de Bandeiras Nacional, do Estado do Piauí e da CODEVASF, de acordo com os horários estabelecidos e a Legislação vigente;
- 1.3.3.34. Não permitir a fixação de panfletos, cartazes, recortes ou outros de divulgações escritas nos murais, paredes, pilastras, vidraças, janelas, dentre outros, sem a prévia autorização da área competente;
- 1.3.3.35. Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores, encontrados, nas dependências do contratante, providenciando, de imediato, a remessa desses bens à 7ªGRA/USA, com o devido registro;
- 1.3.3.36. Reter qualquer material e/ou equipamento que não tenha autorização de saída;
- 1.3.3.37. Controlar entradas e saídas de materiais e equipamentos, informando ao fiscal do contrato de vigilância e/ou a 7ªGRA/USA;
- 1.3.3.38. Em caso de roubo, furto, incêndio, rompimento de tubulação de água ou falta de energia elétrica e outros sinistros, comunicar ao fiscal do contrato e na ausência desse a 7ªGRA/USA, para as providências cabíveis;
- 1.3.3.39. Cumprir rigorosamente os horários e escalas de serviço;

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 1.3.3.40. Evitar o acúmulo de sujeira, dentro e em torno dos postos de trabalho, bem como a utilização de objetos estranhos ao cumprimento do serviço;
- 1.3.3.41. Orientar o profissional reserva, quando da substituição, sobre todos os procedimentos existentes no posto;
- 1.3.3.42. Não interferir em assuntos para os quais não seja convocado;
- 1.3.3.43. Assumir o Posto de Trabalho, no devido horário e de posse dos acessórios necessários para o bom desempenho do serviço;
- 1.3.3.44. Não abordar Autoridades ou Servidores para tratar de assuntos particulares ou referentes ao seu serviço.
- 1.3.3.45. Manter o devido zelo, com todo o patrimônio colocado à sua disposição;
- 1.3.3.46. Conferir e passar para o substituto a relação de objetos sob a guarda;
- 1.3.3.47. Não se ausentar do posto antes da chegada da devida substituição;
- 1.3.3.48. Não participar, no âmbito do contratante, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desrespeitosos relativos a outras pessoas.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão, os interessados que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos e que estejam **obrigatoriamente** cadastrados no SICAF e devidamente credenciados no site www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico.
- 2.1.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007.
 - 2.1.1.1. Em relação às sociedades cooperativas só poderão participar, com tratamento diferenciado, conforme subitem acima, aquelas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.
 - 2.1.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e do exercício do cargo de preposto, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
 - 2.1.1.3. As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedade cooperativa deverão declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º, bem como, estão aptas a usufruírem do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.
- 2.1.2. Para participação no Pregão Eletrônico a licitante deverá declarar ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório. (§ 2º do art. 21 do Decreto nº 5.450/2005).

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 2.1.3. Considerando tratar-se de contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratado, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XI, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
- 2.1.3.1. Para efeito de comprovação do disposto no subitem 2.1.3 acima, a contratada deverá apresentar cópia do ofício, enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 2.1.3.2. Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo estabelecido na condição anterior, a CODEVASF, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações..
- 2.2. A participação na licitação implica na aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e seus Anexos e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 2.3. O atestado de visita não é exigido, porém, a licitante é a inteira responsável pela verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta. A licitante interessada poderá vistoriar, por intermédio de seu representante legal, devidamente qualificado para esse fim, as dependências físicas a que se referente o objeto deste Edital, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto à 7ª/GRA/USA, pelos telefones (86) 3215-0120 ou 3215-0123.
- 2.3.1. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.
- 2.3.2. Os custos decorrentes da visita aos locais onde serão executados os serviços correrão por exclusiva conta da licitante.
- 2.3.3. A licitante, independente de visita ao local de execução do objeto deverá apresentar a declaração exigida no subitem 10.1.2.3, “a” deste Edital.
- 2.4. Caberá à licitante interessada em participar deste Pregão Eletrônico:
- a) credenciar-se no SICAF;
 - b) remeter, no prazo estabelecido neste Edital, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta de preços;
 - c) responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CODEVASF responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 13, inciso III, do Decreto 5.450/05);

- d) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005);
- e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a viabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) utilizar-se de chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

2.5. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com qualquer órgão integrante do SISG/SIASG ou que por estes tenham sido declaradas inidôneas;
- c) cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários ou ocupantes de função gratificada na CODEVASF, bem como cujos empregados, responsáveis técnicos ou sócios tenham relação de parentesco com qualquer empregado, efetivo ou em comissão, da CODEVASF, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 04/06/2010.
- d) estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País.

2.6. Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, nem a subcontratação parcial ou total do serviço/fornecimento.

3. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

3.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a quaisquer elementos deverão ser enviados ao Pregoeiro até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico via Internet através do e-mail 7a.sl@codevasf.gov.br. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.

3.2. A licitante deverá, além das informações específicas requeridas pela CODEVASF, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas aquelas conhecidas que assegurem a qualidade igual ou superior à indicada nas especificações.

3.3. As licitantes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar o fornecimento das peças/acessórios e a execução dos serviços, seus custos e prazos.

3.4. Analisando as consultas, a CODEVASF irá esclarecê-las, divulgando os esclarecimentos nos sites da CODEVASF e do COMPRASNET: www.codevasf.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br, e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

constantes do Edital e seus Anexos, comunicando sua decisão, também por meio eletrônico, via e-mail e nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.codevasf.gov.br, divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.

- 3.5. A apresentação da proposta tornará evidente que a licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus anexos, que a comprovou e a achou correta. Evidenciará, também, que a licitante obteve da CODEVASF, satisfatoriamente, as eventuais informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta apresentada, implicando na aceitação plena de suas condições.

4. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 4.1. Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão na forma eletrônica.
- 4.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração dos Termos de Referência e do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contado da data do pedido da impugnação.
- 4.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso o sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005), devendo ser providenciado no sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 5.2. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- 5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (art. 3º, § 6º, do Decreto 5.450/2005).
- 5.4. A perda da senha ou quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 5.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CODEVASF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

6. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 6.1. Após a divulgação do Edital no sítio do COMPRASNET: www.comprasgovernamentais.gov.br, a licitante deverá apresentar, no campo correspondente dentro do sistema eletrônico denominado “**Descrição detalhada do objeto ofertado**”, a sua Proposta de Preços, contendo obrigatoriamente as características

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

dos serviços a serem ofertados, detalhadamente, em língua portuguesa, atentando-se para as especificações dispostas na Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Estimados, contemplando **os preços unitário e total**, estando incluídos todos os impostos, taxas, despesas e quaisquer outros incidentes sobre o objeto deste Pregão, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**. (art. 21, caput, Decreto nº 5.450/2005).

- 6.1.1. As propostas serão aceitas somente para todos os itens, conforme este Edital. Cotações para itens isolados não serão aceitas, implicando na desclassificação da proposta.
- 6.1.2. Não serão considerados propostas ou lances para quantidade inferior à estimada para cada item, conforme ANEXO II — Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços da CODEVASF, observando a condição disposta no Edital.
- 6.1.3. Apresentada a proposta, ainda que omissa em sua descrição, a licitante compromete-se a executar os serviços, objeto deste Edital, sem preterição do que consta neste Edital e seus Anexos.
- 6.2. **As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedade cooperativa deverão declarar no ato do envio de suas propostas, em campo próprio do sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.**
- 6.3. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.4. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências do presente Edital e seus Anexos, e que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento.

7. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 7.1. No horário e data estabelecidos no preâmbulo do edital, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico n.º 05/2017-7ªSR** com a divulgação das Propostas de Preços aceitas pelo sistema.
- 7.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. (§ 2º do art. 22 do Decreto nº 5.450/2005).
- 7.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

8. FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 8.1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento do valor consignado no registro.
- 8.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 8.3. **A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, podendo disputar os 2.º, 3.º, 4.º lugares e assim sucessivamente, se houver.**

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.5. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 8.6. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.6.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.6.2. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 8.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.7.1. Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o Pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento às licitantes, informando que após transcorridos 30 (trinta) minutos, a contar do aviso do Pregoeiro, a qualquer momento a etapa de lances será encerrada.
- 8.8. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedade cooperativa. (Art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007).
- 8.8.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e sociedade cooperativa sejam inferiores em até 5% (cinco por cento) em relação à proposta mais bem classificada.
- 8.8.1.1. A microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada, e aquelas que se seguirem na ordem de classificação, serão convocadas para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 8.8.2. Para efeito do disposto no subitem 8.8.1 deste Edital (Art. 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006), ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
 - a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
 - b) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 supra mencionada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 retro mencionada, os lances serão ofertados de acordo com a ordem de classificação definida pelo próprio sistema.
- 8.8.2.1. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 8.8. acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.8.2.2. A condição prevista no subitem 8.8.2.1. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 8.9. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.
- 8.9.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- 9.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme as disposições deste Edital e seus Anexos. (art. 25 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 9.2. O Pregoeiro poderá anunciar a(s) licitante(s) vencedora(s) imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da **aceitação do lance de menor valor**.
- 9.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 9.3.1. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem acima, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.4. A Proposta de Preços, inicialmente encaminhada nos termos determinados pelo subitem 6.1 deste Edital, que compreende a descrição do objeto ofertado e todas as demais informações afins julgadas necessárias ou convenientes, deverá ser reformulada pela licitante vencedora, em forma de planilha e texto, devidamente preenchida, conforme modelo constante do ANEXO I, parte integrante deste Edital, após a fase de lances, com a composição dos itens, com os valores unitário e total, devidamente atualizados, que poderá ser **enviada pelo sistema eletrônico do SIASG (OPÇÃO PLANILHA ATUALIZADA) ou via e-mail: 7a.sl@codevasf.gov.br, no prazo de até 02 (duas) horas**, a partir da comunicação da CODEVASF por meio do seu Pregoeiro, acompanhada dos seguintes documentos:
- a) TERMO DE PROPOSTA, constante do ANEXO III, que é parte integrante deste Edital, devidamente preenchido.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- b) PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, elaborada na forma do modelo constante do Anexo I - Termo de Referência, sem emendas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, devendo conter os seguintes elementos:
- I. Identificação do proponente (razão social), número do CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), números de telefone, fax, e-mail, com data, nome completo, cargo e assinatura do representante legal da empresa e menção do número do Pregão, na forma Eletrônica, devendo ainda informar o nome, cargo, CPF e RG do responsável pela empresa que irá assinar o contrato, bem como número da conta corrente, agência e banco para crédito.
 - II. Detalhamento de todos os elementos que influam no custo operacional, mediante preenchimento do formulário “PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS”, constante no Anexo I deste Edital, ou outro da própria empresa que corresponda aos modelos exigidos.
- 9.4.1. Para preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, deverá ser utilizado o salário normativo constante do Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria objeto da licitação, vigente na data de apresentação da proposta de preços, nos termos do art. 614, parágrafo 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. A data dos efeitos financeiros dos instrumentos normativos referidos neste item servirá como marco inicial para a contagem do interregno de um ano para a primeira repactuação.
- 9.4.2. No caso dos “Tributos” a serem inseridos na Planilha de Custos e Formação de Preços, cada empresa deverá utilizar o percentual de acordo com a legislação ou regime tributário a que esteja submetida.
- 9.4.3. Independente do percentual inserido na planilha, de que trata o subitem anterior, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação pertinentes.
- 9.4.4. A licitante deverá observar o valor máximo especificado no Edital, sob pena de desclassificação de sua proposta, como também:
- 9.4.4.1. O valor mensal e global do contrato;
 - 9.4.4.2. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações– CBO;
 - 9.4.4.3. A quantidade de pessoal que será alocado na execução do contrato;
 - 9.4.4.4. Os preços mensais deverão ser escritos em algarismos, e o valor global da proposta em algarismos e por extenso, na expressão monetária vigente no País, para execução completa dos serviços.
 - 9.4.4.5. A proposta deverá contemplar todos os serviços descritos neste Edital.
- 9.5. A Proposta de Preços reformulada, de que trata o subitem 9.4 acima, **deverá ser encaminhada em original no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, para a sede da 7ª/SR, contado da data da comunicação da CODEVASF por meio do seu Pregoeiro, sob pena de desclassificação da proposta.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 9.6. O prazo de validade da proposta será de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data de abertura deste Pregão, sujeita a revalidação por idêntico período.
- 9.7. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez aceitas as propostas de preços.

10. HABILITAÇÃO

- 10.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta, desde que aceita pelo Pregoeiro, deverá comprovar a situação de regularidade de acordo com o que segue:

10.1.1. Verificação, "on line", junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, conforme a IN n.º 02/2010 - SLTI/MPOG, da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Habilitação jurídica, conforme art. 28 da lei 8.666/93;
- b) Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e da regularidade fiscal perante as FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, O SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS e O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO-FGTS.
- c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um).
- d) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física

10.1.1.1. Na hipótese de haver documentos não registrados ou com prazo de validade vencido junto ao SICAF, as licitantes classificadas deverão apresentar a documentação correspondente com prazo de validade em vigor;

- 10.1.1.2. Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes, e se apresentados de outra forma, poderão ser em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 7.ª/SL ou pelo Pregoeiro, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

- 10.1.1.3. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.1.2. Documentação complementar para habilitação não contemplada pelo SICAF:

10.1.2.1. Habilitação técnica, nos termos da IN nº 06, de 23 de dezembro de 2013:

- a) Atestados, Certidões ou declarações de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, sendo aceito somatório de atestados.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- b) Autorização para funcionamento no Estado do Piauí, concedida pelo Departamento de Polícia Federal, conforme estabelece a Lei n.º 7.102, de 20/06/1983, Decreto n.º 89.056, de 24/11/1983 e Portaria n.º 387-DG/DPF, de 28/08/2006, do Ministério da Justiça.
- c) Documento de Revisão de Autorização de Funcionamento da empresa na atividade objeto desta licitação em plena validade, conforme determina a Portaria n.º 387-DG/DPF, de 28/08/2006, do Ministério da Justiça

10.1.2.2. Regularidade Trabalhista:

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, com prazo de validade em vigor.

10.1.2.3. Declaração:

- a) Declaração, sob as penalidades da lei, que visitou o local onde serão executados os serviços e de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CODEVASF.

10.1.3. Declarações a serem enviadas através do sistema do Comprasnet:

- a) No caso de ME ou EPP, a mesma deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, com base no que preceitua o art. 11º do Decreto n.º 6.204/2007.
- b) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- c) Declaração da inexistência de fato superveniente até a data do início da sessão que impeça a sua habilitação na presente processo licitatório, e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posteriores;
- d) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de acordo com o determinado na IN 02/2009, de 16/09/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU do dia 17/09/2009.

10.1.4. Documentação complementar para habilitação de Cooperativas:

- a) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- b) Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;
 - c) Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 - d) Registro previsto na Lei 5.764/71, art. 107;
 - e) Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
 - f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - I. Ata de fundação;
 - II. Estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou;
 - III. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia que os aprovou;
 - IV. Editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias;
 - V. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - VI. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
 - VII. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 10.1.4.1. A validade das certidões referidas nos subitens acima corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a CODEVASF convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante em comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante a juntada de norma legal pertinente.
- 10.1.4.2. Caso a(s) certidão(ões) expedidas pela(s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja(m) POSITIVA(S), deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou sejam juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens.
- 10.1.4.3. Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer a empresa que efetivamente executará os serviços, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, com exceção da CND junto ao INSS e do CRF junto ao FGTS, sendo que neste último caso deverá comprovar que os recolhimentos de FGTS são centralizados.
- 10.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos no subitem 10.1.1 deste Edital, no que couber.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 10.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados ou que estejam com validade vencida no SICAF deverão ser encaminhados preferencialmente pelo Sistema. Caso a licitante tenha alguma dificuldade em enviar a documentação pelo referido sistema, poderá então, apresentá-los via e-mail: 7a.sl@codevasf.gov.br, no prazo de 02 (duas) horas após a solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.
- 10.3.1. Os documentos enviados via Sistema ou e-mail, quando não for possível ao pregoeiro autenticá-los na página do órgão ou entidade que os emitiu, deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL, pelo pregoeiro oficial ou membro da equipe de apoio, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data da comunicação da CODEVASF por meio do seu Pregoeiro, sob pena de inabilitação.
- 10.4. A não comprovação de regularidade de quaisquer dos documentos indicados no subitem 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 acima implicará na inabilitação da licitante, com a consequente desclassificação da proposta e aplicação das penalidades previstas no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005.
- 10.5. Nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, em se tratando das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida quando da assinatura do contrato com a CODEVASF. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (art. 43, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).
- 10.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Codevasf, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).
- 10.5.2. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem 10.5 acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à CODEVASF convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação do objeto de que trata este Edital, ou revogar a licitação. (art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).
- 10.6. No julgamento dos documentos de habilitação o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação. (§ 3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005).
- 10.7. Se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 10.8. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital e seus Anexos, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s).

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 11.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. (art. 26 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 11.2. O acolhimento do recurso implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 11.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada classificada em primeiro lugar.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na Secretaria Regional de Licitações – 7ª SL, na rua Taumaturgo de Azevedo, nº 2315, Centro, Teresina-PI, nos dias úteis no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30 horas, de segunda a sexta-feira.
- 11.5. As razões dos recursos deverão ser apresentadas por escrito, tempestivamente, no endereço acima, e dirigidas ao Pregoeiro, que os analisará e quando mantiver sua decisão, encaminhará os autos à autoridade competente, que, neste caso, deverá decidir sobre o recurso.
- 11.5.1. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem 11.1.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. A adjudicação do item do presente Edital será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.
- 12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do item ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
- 12.2.1. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 12.2.2. A autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a prestação do serviço/aquisição com vistas à verificação da aceitabilidade do item cotado, antes da homologação do certame.

13. CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

- 13.1. A licitante vencedora será convocada para assinar o contrato na Assessoria Jurídica da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, em Teresina-PI, devendo comparecer no prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data da convocação.
- 13.1.1. Na impossibilidade do comparecimento na cidade de Teresina (PI), a empresa contratada deverá entrar em contato com a Assessoria Jurídica (7ª/AJ), a fim de que se verifique a possibilidade de assinatura nas demais unidades desta empresa pública federal, localizadas em Brasília (DF), Montes Claros (MG), Bom Jesus da Lapa (BA), Petrolina

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

(PE), Aracaju (SE), Penedo (AL), Juazeiro (BA), São Luis (MA), Recife (PE) ou Salvador (BA)

- 13.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, no decorrer do prazo especificado no subitem 13.1, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da CODEVASF.
- 13.3. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre a CODEVASF e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:
- I. solicitação da CODEVASF, mediante ofício, de abertura de conta corrente vinculada bloqueada para movimentação, no nome da empresa, conforme disposto no item 1, anexo VII da IN nº 06/2013;
 - II. assinatura, pela empresa a ser contratada, no ato da regularização da conta corrente vinculada, de termo específico da instituição financeira que permita a CODEVASF ter acesso aos saldos e extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização.
- 13.4. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 13.5. A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, bem como não apresentar as mesmas condições exigidas para sua participação e habilitação neste certame, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.
- 13.6. Na hipótese do não comparecimento da licitante vencedora para a assinatura do Contrato no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, é facultado à CODEVASF, por intermédio do Pregoeiro, convocar as licitantes remanescentes, por ordem de classificação para fazê-lo. Analisada a aceitabilidade da proposta, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, ou revogar este Pregão, sem prejuízo da cominação legal prevista no subitem 22.1 deste Edital.
- 13.7. A CODEVASF providenciará a publicação do extrato do instrumento de Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.
- 13.8. O Contrato a ser assinado com a licitante vencedora só terá eficácia após a publicação do respectivo extrato, do Diário Oficial da União.
- 14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**
- 14.1. As despesas correrão à conta da Funcional Programática nº: 04.122.2111.2000.0001, Administração da Unidade, PTRES: 089684; ND: 339037; Fonte: 100, 250 e 280 sob a gestão da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF.
- 14.2. Considerando o disposto no Anexo I da Portaria n.º 07 de 13/04/2015, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, os limites máximos aceitáveis para a contratação dos serviços no Estado do Piauí, são os definidos na tabela abaixo:

Tipo de posto	Preço máximo mensal	Quantidade de postos a	Preço máximo mensal
---------------	---------------------	------------------------	---------------------

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

	por posto (em reais)	serem contratados	total (em reais)
Diurno (12x36h)	9.458,72	02	18.917,44
Noturno (12x36h)	14.126,80	02	27.701,64
Valor global mensal máximo do contrato:			46.619,08
Valor global mensal máximo x 24 meses			1.118.857,96

- 14.3. Deve-se salientar, ainda, que no caso de edição de norma regulamentar posterior à aprovação deste Edital e anterior à data estipulada para recebimento das propostas, que altere os valores estabelecidos na Portaria MPOG/SLTI nº 07/2015, fica estabelecido que os preços máximos serão os definidos na nova norma regulamentar.

15. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 15.1. O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de sua assinatura, podendo, por interesse da 7ª Superintendência da Codevasf, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/93.
- 15.2. O prazo para início da execução dos serviços se dará em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas a contar do início da vigência do contrato.
- 15.3. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.
- 15.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para renovação.
- 15.5. A execução completa do contrato só acontecerá quando a licitante vencedora comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão de obra utilizada na prestação dos serviços.

16. OBRIGAÇÕES GERAIS

16.1. DA CONTRATANTE

- 16.1.1. Permitir o acesso dos funcionários da contratada, devidamente credenciados, às dependências das unidades da contratante, aos dados e demais informações necessárias ao desempenho das atividades previstas no Edital e demais anexos, ressalvados os casos de matéria sigilosa.
- 16.1.2. Fornecer à contratada, em tempo hábil, as informações necessárias à execução dos serviços, bem como a documentação técnica referente aos padrões adotados na contratante.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 16.1.3. Cientificar à contratada sobre as normas internas vigentes relativas à segurança, inclusive aquelas relacionadas ao controle de acesso de pessoas e veículos, bem assim sobre a Política de Segurança da Informação da contratante.
- 16.1.4. Levar ao conhecimento da contratada, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto desta proposição, bem como imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto pactuado, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 16.1.5. Verificar a qualificação dos profissionais indicados pela contratada quando do início da prestação dos serviços, podendo exigir a imediata substituição daqueles que não atenderem aos requisitos estabelecidos em Contrato.
- 16.1.6. Comunicar à contratada a necessidade de substituição de qualquer profissional que seja considerado inadequado para o exercício das funções que lhe foram atribuídas.
- 16.1.7. Avaliar e homologar relatório mensal dos serviços executados pela CONTRATADA, observando os indicadores e metas de níveis de serviço, conforme o descrito neste Edital e seus anexos.
- 16.1.8. Verificar e atestar as faturas mensais da contratada, homologando os serviços prestados de acordo com os requisitos preestabelecidos.
- 16.1.9. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas neste Edital.
- 16.1.10. Fazer cumprir o que determina a IN-001/2013 CJF (Instrução Normativa nº. 001/2013 do Conselho de Justiça Federal) c/c a Resolução nº. 169 de 31 de janeiro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quanto a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos à Empresa Contratada.
- 16.1.11. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e outras previstas no Contrato.
- 16.2. **DA CONTRATADA**
 - 16.2.1. Iniciar, a partir da data da assinatura do contrato, a execução dos serviços pactuados, conforme solicitado pela CODEVASF, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir suas atividades conforme estabelecido;
 - 16.2.2. Executar fielmente o contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento da CODEVASF;
 - 16.2.3. Receber os valores contratuais devidos pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas no contrato;
 - 16.2.4. Cumprir todas as orientações da CODEVASF para o fiel desempenho das atividades específicas;
 - 16.2.5. Cumprir fielmente as obrigações contratuais, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição;
 - 16.2.6. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CODEVASF, prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 16.2.7. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização do contrato, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando a repetição de fatos.
- 16.2.8. Prestar os serviços objeto desta licitação, utilizando-se de empregados de bom nível educacional e moral e comprovando a formação educacional e experiência profissional por meio dos documentos indispensáveis à perfeita execução dos trabalhos, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas Carteiras de Trabalho e Previdência Social.
- 16.2.9. Prestar esclarecimentos a CODEVASF sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços.
- 16.2.10. Fazer com que seus empregados cumpram rigorosamente todas as suas obrigações e boa técnica nos serviços.
- 16.2.11. Fornecer CNV – carteira Nacional de Vigilante e crachá de identificação, sem ônus para a CODEVASF, contendo a razão social da empresa, nome, categoria profissional e com fotografias recentes, de uso obrigatório, para acesso às dependências da CODEVASF.
- 16.2.12. Fornecer a CODEVASF a relação nominal dos empregados destinados para prestação dos serviços licitados, informando suas respectivas funções, os endereços e telefones residenciais e/ou celular, bem como a comprovação do vínculo empregatício, comunicando qualquer alteração que venha a ocorrer.
- 16.2.13. Encaminhar a CODEVASF a relação dos empregados que usufruirão férias, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 16.2.14. Manter disponibilidade de profissionais, dentro dos padrões desejados, para garantir a execução dos serviços sem interrupção, seja por motivo de férias, licença de qualquer tipo, falta ao serviço, demissão e outros, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.
- 16.2.15. Atender, de forma imediata, aqui considerada como de até 2 (dois) dias úteis, às solicitações de substituições de profissionais, quando comprovadamente inadequados para a prestação dos serviços ou inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares da CODEVASF, ou que não atendam às suas necessidades.
- 16.2.16. Manter a disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho, zelando pelo respeito e cortesia no relacionamento entre colegas, com os usuários e servidores da CODEVASF.
- 16.2.17. Impedir que os profissionais que cometam faltas disciplinares, qualificadas de natureza grave, sejam mantidos ou retornem às instalações da CODEVASF, na condição de prestadores de serviços.
- 16.2.18. Fornecer, mensalmente, junto com a nota fiscal de cobrança da prestação dos serviços, os comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas e do recolhimento dos encargos sociais dos seus empregados à disposição da Contratante.
- 16.2.19. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou outros que mantenham vinculação com esses, ainda que nas dependências da CODEVASF, cumprindo todas as obrigações que

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurarem e demais exigências para o exercício das atividades.

- 16.2.20. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.
- 16.2.21. Emitir o Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), em formulário próprio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências da CODEVASF.
- 16.2.22. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação pertinente, os exames médicos necessários na admissão, durante a vigência do contrato de trabalho, e na demissão de seus empregados.
- 16.2.23. Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados a CODEVASF ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se excluindo ou se reduzindo esta em virtude do acompanhamento realizado pela CODEVASF, de acordo com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.
- 16.2.24. Recrutar em seu nome, e sob sua responsabilidade e vínculo empregatício exclusivo, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhes todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente, auxílio-alimentação ou refeição, vale-transporte, de acordo com o horário de trabalho e local de residência, e de qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades, em decorrência de sua condição de empregadora.
- 16.2.25. No prazo legal, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, pagar os salários dos empregados, bem como recolher os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.
- 16.2.26. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, os serviços licitados, nem subcontratar ou ceder total ou parcialmente quaisquer das prestações a que está obrigada.
- 16.2.27. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato a ser firmado.
- 16.2.28. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.
- 16.2.29. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinadoras e demais regulamentos em vigor nas dependências da CODEVASF.
- 16.2.30. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste edital, sem a prévia autorização da CODEVASF.
- 16.2.31. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus anexos em compatibilidade com as obrigações assumidas, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.
- 16.2.32. Adotar, no caso de ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, todas as providências necessárias no sentido de preservar a CODEVASF, e mantê-lo a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 16.2.33. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 16.2.34. Assumir a responsabilidade por todos os ônus referentes aos serviços licitados, inclusive salários de pessoal, alimentação, transporte e assistência à saúde, quando em serviço, bem como os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CODEVASF.
- 16.2.35. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à execução dos serviços, originariamente ou vinculado por prevenção, conexão ou continência.
- 16.2.36. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato a ser firmado.
- 16.2.37. Relatar a CODEVASF toda e qualquer anormalidade observada em virtude da prestação dos serviços licitados.
- 16.2.38. Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento das faturas correspondentes aos serviços contratados.
- 16.2.39. Manter profissional (preposto), aceito pela CODEVASF, para representá-la na execução do contrato.
- 16.2.40. Manter por si, por seu preposto e empregados irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da CODEVASF.
- 16.2.41. Apresentar, para fim de assinatura do termo de contrato a ser firmado, alvará de funcionamento, expedido pelo órgão competente da região da sede da licitante, devendo constar autorização para funcionamento de atividades de referente ao objeto do contrato.
- 16.2.42. Comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas.
- 16.2.43. Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão de obra nos respectivos Postos relacionados no anexo Tabela de Locais e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela CODEVASF, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o Posto conforme o estabelecido.
- 16.2.44. Fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho:
- a) Calças
 - b) Camisas de mangas curtas
 - c) Cinto de Nylon
 - d) Coturnos
 - e) Meias
 - f) Quepe com emblema

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- g) Jaqueta ou Japona de frio
 - h) Capa de chuva
 - i) Crachá
 - j) Braçal
 - k) Revólver calibre 38
 - l) Cinto com coldre e baleiro
 - m) Munição calibre 38
 - n) Livro de Ocorrência
 - o) Cassetete
 - p) Porta Cassetete
 - q) Apito
 - r) Cordão de Apito
 - s) Lanterna
 - t) Pilha ou bateria para lanterna
 - u) Colete a prova de balas
 - v) Capa avulsa para colete a prova de balas (uma capa para cada vigilante)
- 16.2.45. Os uniformes deverão ser fornecidos a cada 12 meses ou quando solicitados pela Administração, no caso de não estarem em perfeito estado de uso. Os quantitativos dos uniformes e equipamentos para cada posto são os previstos nas Planilhas de Formação de Custos fornecidas pela Administração.
- 16.2.46. A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados.
- 16.2.47. Apresentar à CODEVASF a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas pela mão de obra nos Postos.
- 16.2.48. Fornecer as armas, munição (com comprovação da validade) e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos Postos.
- 16.2.49. Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas.
- 16.2.50. Prever toda a mão de obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.
- 16.2.51. Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão de obra oferecida para atuar nas instalações da CODEVASF.
- 16.2.52. Efetuar a reposição da mão de obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho.
- 16.2.53. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela CODEVASF, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 16.2.54. Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão de obra, entendida como inadequada para a prestação dos serviços.
- 16.2.55. Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da CODEVASF, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 16.2.56. Relatar à CODEVASF toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços.
- 16.2.57. Deverão os supervisores da contratada, obrigatoriamente, inspecionar os Postos no mínimo 01 (uma) vez por semana, em dias e períodos (diurno 07h/15h e noturno 15h/23h) alternados.
- 16.2.58. Ocorrendo mudança de locais na vigência do contrato, ficará a CONTRATADA obrigada a executá-los nos novos endereços, desde que estes se localizem dentro da área pertencente à região de cada localidade.
- 16.2.59. Manter o devido zelo, com todo o patrimônio colocado à sua disposição;
- 16.2.60. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CODEVASF.
- 16.2.61. A contratada deverá manter preposto aceito pela CODEVASF, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração onde deverão constar o nome completo, n.º CPF, do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;
- 16.2.61.1. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela CODEVASF, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, tão logo seja firmado o Contrato, para assinar, juntamente com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato no que lhe for competente;
- 16.2.62. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.
- 16.2.63. As atribuições do preposto não se confundirão com as atribuições do supervisor.
- 16.2.64. As empresas instruirão os seus prepostos quanto à necessidade de acatar as orientações da CODEVASF, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 16.3. **DOS REQUISITOS DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS**
- 16.3.1. Para o exercício da profissão, os profissionais alocados pela empresa contratada deverão preencher os seguintes requisitos:
 - a) Nacionalidade brasileira. No caso de nacionalidade portuguesa, estar legalmente amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº. 70436, de 18 de abril de 1972.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- b) Idade mínima de 21 (vinte e um), conforme o art. 16 da Lei nº. 7.102 de 20/6/1983.
- c) Estar quite com as obrigações eleitorais.
- d) Estar quite, com as obrigações do serviço militar, para os empregados do sexo masculino.
- e) Atestado médico de aptidão física e mental, para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas.
- f) Certidão dos setores de distribuição dos Foros Criminais dos lugares, em que tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal e Estadual.
- g) Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 6 (seis) meses.
- h) Certificado do curso de formação de vigilantes expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida, com a respectiva data de validade.
- i) Carteira Nacional do Vigilante válida

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento será feito mensalmente, por crédito bancário, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante atesto da respectiva Nota Fiscal ou Fatura e posterior liberação para pagamento, sendo efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas alterações posteriores.
- 17.1.1. Para que o pagamento seja efetuado até o 10º (décimo) dia útil, conforme subitem acima, a licitante vencedora deverá entregar a Nota Fiscal ou Fatura à 7ª Superintendência da Codevasf até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, na Unidade Regional de Patrimônio, Materiais e Serviços Auxiliares da 7ª Superintendência da Codevasf.
- 17.2. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no art. 35 da Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MPOG e os seguintes procedimentos:
- 17.2.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:
 - I. cópia da folha de pagamento e da sua efetivação na conta conta-corrente, conforme subitem 16.2.25 deste Edital, e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, dos empregados vinculados e diretamente envolvidos na execução dos serviços, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995.
 - II. do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela 7ª Superintendência da Codevasf.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- III. da regularidade fiscal, constatada através de consulta "online" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93, vedada, no entanto, a retenção de pagamento se o contrato não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento, observando o estabelecido no subitem 22.3 deste Edital.
- 17.2.2. A nota fiscal ou fatura, acompanhada das comprovações estabelecidas no subitem acima, só será liberada para pagamento depois de aprovada pela área gestora, e autorizada pelo Superintendente da 7ª Superintendência Regional, as quais deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que serão, de forma imediata, devolvidas à CONTRATADA para correções, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira e implicando desconsideração pela CODEVASF do prazo estabelecido neste Edital.
- 17.2.3. Atendido ao disposto nos itens anteriores, a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento, o dia útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para pagamento.
- 17.2.4. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 17.3. O Fiscal do contrato somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.
- 17.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o Fiscal do contrato devolverá a Nota Fiscal à licitante vencedora, ficando suspenso o pagamento até a solução das pendências. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a 7ª Superintendência da Codevasf.
- 17.5. O pagamento somente será efetuado se a licitante vencedora mantiver, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação, cuja consulta será feita via on-line no SICAF.
- 17.6. Se por qualquer motivo alheio à vontade da 7ª Superintendência da Codevasf, não forem realizados os serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento, restringindo-se a obrigação dos serviços efetivamente efetuados, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 17.7. A 7ª Superintendência da Codevasf poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, de acordo com os termos deste Edital.
- 17.8. Os pagamentos serão creditados em nome da licitante vencedora, mediante Ordem Bancária em Conta Corrente por ela indicada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com Código de Barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital.
- 17.9. Eventual solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 8.666/93.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 17.10. É de inteira responsabilidade da licitante vencedora a entrega à CODEVASF do documento de cobrança, de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 17.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:
- AM = P x I, onde:
- AM = Atualização Monetária
- P = Valor da Parcela a ser paga; e
- I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:
- $I = (1 + IM1/100) \times dx1/30 \times (1 + im2/100) \times dx1/30 \times (1 + imn/100) \times dx1/30 - 1$, onde:
- i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA no mês “m”;
- d = Número de dias em atraso no mês “m”;
- m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.
- 17.11.1. Não sendo conhecido o índice para o período será utilizado, no cálculo, o último índice conhecido.
- 17.11.2. Quando utilizado o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.
- 17.11.3. Nos cálculos deverão ser utilizadas 5 (cinco) casas decimais.
- 17.12. O documento de cobrança indicará, obrigatoriamente, o número do Contrato, o número e a data de emissão da Nota de Empenho - NE, emitida pela CODEVASF, e que cubram a execução dos serviços objeto deste Pregão Eletrônico.
- 17.13. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo a IN/SRF nº 1.234/2012, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza dos serviços.
- 17.14. Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos, após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 17.14.1. Ficam excluídos da hipótese referida no subitem anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 17.15. Atendido ao disposto nos itens anteriores a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento, a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo para pagamento, conforme estabelecido no art. 9º do Decreto n.º 1.054, de 07/02/94.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 17.16. Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 17.17. O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação, observada a maior rentabilidade.
- 17.18. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no subitem 19.3.2, depositados em conta vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.
- 17.19. A empresa contratada poderá solicitar a autorização da CODEVASF para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 17.19.1. Para a liberação dos recursos da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá apresentar à CODEVASF os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- 17.20. Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento de indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a CODEVASF expedirá a autorização para a movimentação da conta vinculada e a encaminhará à instituição financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 17.20.1. A autorização de que trata o subitem 17.20 acima deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento das indenizações trabalhistas aos trabalhadores favorecidos.
- 17.21. A empresa deverá apresentar à CODEVASF, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 17.22. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
- 17.23. Somente poderão ser faturados os serviços referentes ao objeto do contrato assinado entre a Contratante e a Contratada, devendo qualquer outro serviço não contratual eventualmente prestado pela Contratada ter o seu faturamento enviado em nota fiscal à parte.
- 17.24. A CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Edital.
- 18. GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 18.1. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CODEVASF, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia para completa execução das obrigações contratuais e da

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

liquidação das multas convencionais, ficando estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por caução em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, com cotação de mercado devidamente comprovada por documento hábil expedido pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, Seguro Garantia, emitida por seguradora autorizada pela SUSEP, ou Fiança Bancária, emitida por banco autorizado pelo BACEN, a critério da contratada.

- 18.2. Quando se tratar de caução em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do Art. 56, inc. I, da Lei 8.666/93 (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004).
- 18.3. Quando a contratada optar pela caução nas modalidades seguro garantia ou fiança bancária, deverá existir cláusula expressa na apólice ou contrato relativo à garantia, no sentido de que esta terá seu prazo de validade suspensa, quando a garantidora for notificada pela CODEVASF, acerca da instauração de procedimento sancionatório em desfavor da segurada, ocasião em que tal suspensão perdurará até o final do respectivo trâmite processual.
- 18.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- I. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - II. prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - III. multas moratórias e punitivas aplicadas pela CODEVASF à contratada; e
 - IV. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber;
- 18.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 18.4 acima;
- 18.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da CODEVASF;
- 18.7. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
- 18.8. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CODEVASF a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 18.9. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CODEVASF com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;
- 18.10. A garantia será considerada extinta:
- a. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CODEVASF, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- b. após o término da vigência do contrato;
- 18.11. A garantia terá validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
- 18.12. A garantia de execução somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamento dessas verbas trabalhistas conforme estabelecido na Instrução Normativa.
- 18.13. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela CODEVASF.
- 18.14. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 19. GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**
- 19.1. Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a contratada deverá manter provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela CODEVASF em conta vinculada específica, conforme o disposto no art. 19-A e Anexo I da Instrução Normativa nº 03, de 24 de junho de 2014:
- I. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.
- 19.2. Os valores provisionados na forma do subitem 19.1 acima somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata e nas seguintes condições:
- I. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- II. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- III. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
- IV. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.
- 19.2.1. O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
- 19.3. Conta corrente vinculada para quitação das obrigações trabalhistas**
- 19.3.1. As provisões realizadas pela contratante para o pagamento dos encargos trabalhistas, em relação à mão de obra da contratada, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositados em conta vinculada em instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 19.3.2. A movimentação da conta vinculada ocorrerá mediante autorização da contratante, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.
- 19.3.3. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes previsões:
- a) 13º salário;
 - b) Férias e abono (1/3) de férias;
 - c) Adicional do FGTS (40% + 10%) para as rescisões sem justa causa;
 - d) Impacto sobre férias e 13º salário (Grupo “A” sobre as férias e 13º salário);
 - e) Aviso-prévio trabalhado e aviso-prévio indenizado.
- 19.3.4. A contratante firmará acordo de cooperação com instituição bancária oficial, determinando os termos para a abertura da conta-corrente vinculada.
- 19.3.5. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o contratante e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:
- 19.3.5.1. Solicitação da contratante, mediante ofício à instituição bancária oficial, de abertura de conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação, no nome da empresa;
 - 19.3.5.2. Assinatura, pela contratada, no ato da regularização da conta-corrente vinculada, de termo específico da instituição financeira oficial que permita à contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da Administração.
- 19.3.6. O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação, desde que obtenha maior rentabilidade.
- 19.3.7. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados, depositados em conta vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.
- 19.3.8. O montante de que trata o aviso-prévio trabalhado, 23,33% (vinte e três vírgula trinta e três por cento) da remuneração mensal, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato, devendo ser renegociado para fins de prorrogação, em conformidade com o disposto no inciso XVII do art. 19 da IN MPOG/SLTI nº 2/08.
- 19.3.9. O percentual do aviso-prévio trabalhado ao término do contrato é de 23,33% (vinte e três vírgula trinta e três por cento), obtido através do seguinte cálculo: 7/30 (sete trinta avos) da remuneração mensal x 100 (cem).
- 19.3.10. Deverá ser assinado pela contratada a documento de autorização para a criação de conta vinculada nos termos do art. 19-A da IN MPOG/SLTI nº 2/08.
- 19.3.11. A contratada poderá solicitar a autorização da contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados, ocorridas durante a vigência do contrato, nas seguintes condições:
- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
 - b) parcialmente, pelo valor correspondente às férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
 - d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e
 - e) o saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
- 19.3.12. Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados, ocorridas durante a vigência do contrato, a contratada deverá apresentar à contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- 19.3.13. Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a Codevasf expedirá a autorização para a movimentação dos recursos creditados em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação e a encaminhará à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 19.3.14. A contratante expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, encaminhando a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.
- 19.3.15. A autorização de que trata o subitem anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos.
- 19.3.16. A empresa deverá apresentar à Codevasf, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 19.3.17. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à contratada, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
- 19.3.18. A Codevasf utiliza como referência para fins de provisão dos encargos sociais e trabalhistas o modelo de Planilha disponível no Portal de Compras do Governo Federal (Compras Governamentais).
- 19.3.19. Os valores provisionados para atendimento do montante do depósito vinculado serão discriminados conforme tabela abaixo. Os percentuais apresentados são apenas referenciais e não são obrigatórios, podendo as licitantes apresentarem percentuais menores em suas planilhas de custo e formação de preços, sendo estes últimos os que serão utilizados para fins de retenção das provisões. Fica esclarecido que o pregoeiro poderá solicitar justificativas pela adoção de percentuais inferiores aos previstos.

**RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS -
PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO DE VIGILÂNCIA.**

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

ITEM	RAT 1%	RAT 2%	RAT 3%
13º Salário	8,33%	8,33%	8,33%
Férias e Abono de férias	12,10%	12,10%	12,10%
Adicional do FGTS e rescisão sem justa causa	5,00%	5,00%	5,00%
Subtotal	25,43%	25,43%	25,43%
Grupo A sobre férias e 13º salário	7,39%	7,60%	7,82%
Total antes do aviso prévio trabalhado	32,82%	33,03%	33,25%
Aviso prévio trabalhado	1,17%	1,17%	1,17%
Total	33,22%	33,50%	33,65%

- Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
- Considera-se a divisão do percentual previsto no item 5 do anexo VII da IN SLTI/MPOG 02/2008 pelo número de meses da primeira vigência do contrato: 23,33% dividido por 12 meses = 1,94% (um vírgula noventa e quatro por cento).

20. REPACTUAÇÃO E REAJUSTAMENTO

- 20.1. Será admitida a repactuação dos preços contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, na forma do art. 37 e seguintes da IN nº 02, SLTI/MP, e do artigo 5º do Decreto nº 2.271 de 07.07.1997, cabendo à licitante vencedora, no escopo de sua solicitação, justificar e comprovar a variação dos componentes dos custos do contrato, apresentando, inclusive, Memória de Cálculo e Planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação pela 7ª Superintendência Regional da Codevasf.
- 20.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrente dos insumos necessário à execução dos serviços contratados.
- 20.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 20.4. A repactuação do contrato, em razão do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 20.5. Como condição para as eventuais repactuações, o contratado se comprometerá a aumentar a garantia prestada com os valores providos pela Administração e que não foram utilizados para o pagamento de férias.
- 20.6. O interregno mínimo de 1(um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- a) da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou
 - b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.
- 20.7. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação ocorrida.
- 20.8. As repactuações serão precedidas de solicitação da licitante vencedora, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.
- 20.8.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- 20.8.2. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:
- a) os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
 - b) as particularidades do contrato em vigência;
 - c) a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
 - d) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
 - e) a disponibilidade orçamentária da 7ª Superintendência Regional da Codevasf.
- 20.8.3. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 20.8.4. As repactuações serão formalizadas por meio de termo aditivo.
- 20.8.5. O prazo referido no subitem 20.8.3 ficará suspenso enquanto a licitante vencedora não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela 7ª Superintendência Regional da Codevasf para a comprovação da variação dos custos.
- 20.8.6. A 7ª Superintendência Regional da Codevasf poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela licitante vencedora.
- 20.8.7. As repactuações a que a licitante vencedora fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
- 20.9. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
 - c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 20.9.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 20.10. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico deste contrato com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 20.11. A licitante vencedora para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente licitante vencedora, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993.
- 20.12. No que couber, as demais despesas que não se refiram à remuneração de mão de obra, vantagens e benefícios decorrentes de sentença normativa, acordo, convenção ou dissídio coletivo, serão reajustadas após o período de 01(um) ano, contado da data de apresentação da proposta da contratada, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$I1 - I0$$

$$R = V [-----], \text{ onde:}$$

$$I0$$

“R” é o valor do reajuste procurado;

“V” é o valor contratual dos fornecimentos, obras ou serviços a serem reajustados;

“I1” é o índice relativa à data do reajuste;

“I0” é o índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação.

- 20.12.1. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido.
- 20.12.2. O índice a ser considerado para o reajustamento será o IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, correspondente ao acumulado entre a data limite para a apresentação da proposta ou a data do último reajustamento procedido e a data a que se estiver processando o reajustamento.

21. FISCALIZAÇÃO

- 21.1. A fiscalização dos serviços será exercida por um representante legal devidamente credenciado pela 7ª Superintendência da Codevasf denominado fiscal, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, anotando em registro

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou, ainda, comunicando aos seus superiores quando as providências ultrapassarem os limites de sua competência para adotar as providências cabíveis, conforme o disposto no Art. 67, da Lei 8.666, de 1993 e observado o previsto no Anexo IV da IN nº 02/2008 e demais alterações.

- 21.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, ficando esta responsável pelos danos causados diretamente à 7ª Superintendência da Codevasf ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 21.3. Na fiscalização de cumprimentos das obrigações trabalhistas e sociais, será exigida as seguintes comprovações:
- a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;
 - b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;
 - c) pagamento de salários em conta corrente no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior;
 - d) fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação, quando cabível;
 - e) pagamento do 13º salário;
 - f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
 - g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
 - h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;
 - i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;
 - j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho.
- 21.4. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a licitante vencedora, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a licitante vencedora assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 21.5. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à autoridade competente, responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato.
- 21.6. A Fiscalização deverá verificar, no decorrer da execução do contrato, se a licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 21.7. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quando ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 21.8. Das decisões da Fiscalização, poderá a licitante vencedora recorrer à autoridade competente, responsável pelo acompanhamento do Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da respectiva comunicação.
- 21.9. A Fiscalização deverá seguir as instruções dispostas no Anexo IV da IN nº 06, de 23 de dezembro de 2013.
- 22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO**
- 22.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, e ainda, pelo descumprimento dos prazos estabelecidos, e/ou deixar de entregar os documentos exigidos neste edital, a 7ª Superintendência da Codevasf poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 22.2. Advertência que será aplicada por ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a mesma apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante o crivo da Administração;
- 22.3. Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do contrato, até a data do efetivo adimplimento, observado o limite de 10 (dez) dias;
- 22.3.1. A multa moratória será aplicada a partir do 10º (décimo) dia útil da inadimplência, contado da data definitiva para o regular cumprimento da obrigação.
- 22.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à 7ª Superintendência da Codevasf.
- 22.5. Decorridos 30 (trinta) dias sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução total contratual, ensejando a sua rescisão;
- 22.6. A CONTRATADA ficará impedida de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, caso deixe de entregar a documentação exigida durante a vigência do contrato, apresente documentação falsa, enseje o retardamento da execução do objeto pactuado, comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal;
- 22.7. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia contratual prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrado judicialmente;
- 22.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais. A aplicação

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

de qualquer das penalidades previstas será realizada por meio de processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei n.º 9.784/99.

- 22.9. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil – RFB.
- 22.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialar ao Ministério do Trabalho e Emprego.
- 22.11. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 22.12. Haverá um acompanhamento e avaliação contínua por parte do fiscal do contrato/7ªSR para aferição dos resultados em conformidade com os serviços contratados.
- 22.13. O fiscal do contrato, designado pela 7ª Superintendência da Codevasf, supervisionará se o critério adotado pela CONTRATADA está em conformidade com os serviços contratados, realizando vistorias diárias nas dependências da 7ªSR;
- 22.14. O fiscal do contrato apontará as faltas detectadas, se houver, emitirá um relatório mensal, inclusive, com a inserção de fotografias;
- 22.15. Cópia do relatório será enviada, mensalmente, ao representante da CONTRATADA e ao gestor do contrato/7ªSR;
- 22.16. O relatório será analisado pelo gestor do contrato e, havendo motivação para glosa, o valor correspondente será descontado do valor mensal a ser pago à CONTRATADA;
- 22.17. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela 7ªSR, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da CONTRATADA;
- 22.18. A CONTRATADA terá um prazo para correção da irregularidade, se houver.

TABELA 4	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% dia sobre o valor mensal do contrato
5	32% dia sobre o valor mensal do contrato

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo ou mau apresentado e/ou sem crachá, por empregado e por ocorrência;	1
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia	2
6	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do contratante, por empregado e por dia;	3
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
9	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
10	Efetuar ao pagamento de salários, vales-transporte e/ou tíquete-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, dentro dos prazos legais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por funcionário e por dia;	3
11	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia;	3
12	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência;	2
13	Fornecer os uniformes para cada categoria, nas especificações e quantidades estabelecidas, por funcionário e por ocorrência;	2
14	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
15	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato	1
16	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações a contratada;	1
17	Fornecer materiais, produtos ou equipamentos nas quantidades e qualidade exigidas neste Termo de Referência	1

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 23.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 23.3. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente, desde que pertinentes ao objeto do pregão e observada a legislação.
- 23.4. A Minuta de Contrato, anexa a este Edital, regulamenta as condições de pagamento, reajustamento, responsabilidade, multas, e encerramento físico e financeiro do Contrato. A referida Minuta sofrerá ajustes ou adequações necessárias.
- 23.5. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente as referentes a serviços extras. Serviços extras não contemplados na planilha de preços da licitante vencedora deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo.
- 23.6. O não atendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que, a critério do Pregoeiro, sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 23.7. A CODEVASF poderá revogar a licitação quando nenhuma das propostas satisfizer o objetivo da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição ou quando caracterizado o indício de colusão.
- 23.8. A CODEVASF poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
- 23.9. Nos termos do art. 55, XIII da Lei nº 8.666/93, a CODEVASF se reserva no direito de aplicar multa, caso a contratada esteja com suas certidões irregulares na data de pagamento de sua fatura; caso a irregularidade não seja sanada no período de 30 (trinta) dias, rescindir-se-á o contrato, com aplicação das medidas administrativas e judiciais, garantindo, primeiramente, o contraditório e a ampla defesa.
- 23.10. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CODEVASF, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregado da Contratada, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações.
- 23.11. Na hipótese da CODEVASF vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente nos processos mencionados no subitem anterior e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja composição entre as partes. Caso não seja possível a adoção de tal providência, a CODEVASF utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a CONTRATADA, sendo que, desde já, a mesma expressa sua concordância com as duas hipóteses previstas neste subitem.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

- 23.12. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 23.13. Responsabiliza-se a licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier causar à CODEVASF e a terceiros, em decorrência da execução do contrato.
- 23.14. A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 23.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CODEVASF.
- 23.15.1. Para efeito da contagem dos prazos, o expediente na CODEVASF é das 8h às 12h e das 13h30m às 17h30m, sendo considerado intempestivo o recurso ou representação quando não recebido pelo Pregoeiro ou pelo Protocolo da CODEVASF até às 17h30m do último dia do prazo recursal.
- 23.16. A homologação do resultado deste Pregão não implicará direito à contratação.
- 23.17. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei 10.520, de 17/07/2002, o Decreto 3.722, de 09/01/2001, o Decreto 3.555, de 08/08/2000 e Decreto 5.450, de 31/05/2005.
- 23.18. Este Edital e seus anexos farão parte integrante do Contrato a ser firmado com a licitante vencedora, independente de transcrições.
- 23.19. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Piauí, com sede em Teresina, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Teresina (PI), 06 de abril de 2017.

FÁBIO ANDRÉ FREIRE MIRANDA
Superintendente Regional
CODEVASF – 7ª/SR

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
(gravado em arquivo separado)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

ANEXO II
PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS PELA CODEVASF
(gravado em arquivo separado)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

ANEXO III
TERMO DE PROPOSTA

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

À

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF
Rua Taumaturgo de Azevedo, nº 2315, Bloco 02 –Centro
64001-340 – Teresina-PI

Prezados Senhores,

Tendo examinado os documentos de licitação, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para contratação de empresa especializada em vigilância patrimonial e pessoal para a prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, com cessão de mão de obra e de todos os equipamentos necessários, para atender às necessidades da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, em Teresina, Estado do Piauí, objeto do Edital n.º 05/2017-7ªSR – Pregão Eletrônico, em conformidade com o referido Edital e seus Anexos, bem como com as especificações constantes em nossa proposta, pelo valor global de R\$ _____(_____), conforme planilha de preços anexa, que faz parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital, a contar da assinatura do contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 120 (cento e vinte) dias desde a data fixada para abertura das propostas, e representará um compromisso que pode ser aceito a qualquer prazo antes da expiração desse prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta, será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a licitação em pauta.

Declaramos, ainda mais, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos incidentes sobre os serviços.

Atenciosamente.

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME:

FUNÇÃO:

RG nº

CPF nº

DECLARAÇÃO DE VISTORIA
DO LOCAL DOS SERVIÇOS

Declaramos, sob as penalidade da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CODEVASF.

Local e data

Assinatura do representante legal

Observação:

- 1) Emitir em papel que identifique a licitante.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

ANEXO V
MODELO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
(gravado em arquivo separado)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional

7ª SL

ANEXO VI

**DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAÇÃO DA CONTA VINCULADA PARA
GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

(ITEM 5, ANEXO VII, DA IN Nº 06, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013).

(Nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____ sediada (endereço completo) _____, em cumprimento ao disposto no art. 19-A da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 06, de 23 de dezembro de 2013, AUTORIZA a União, representada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, empresa pública federal, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601, Conjunto I, doravante denominada CODEVASF, a solicitar junto a Instituição Bancária Oficial (Banco -----, agência ---), a abertura de conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, exceto quando autorizada pela CODEVASF, em nome desta contratada, com a finalidade de depositar mensalmente os valores correspondentes as provisões previstas no anexo VII das mencionadas Instruções Normativas e no Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2017.

_____, _____ de _____ de 2017.

(Nome e assinatura do representante legal)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª Superintendência Regional


7ª SL

ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO
(gravado em arquivo separado)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
 7ª Superintendência Regional

7ª SL

ANEXO VIII
GUIA DE RETIRADA DE EDITAL

	GUIA DE RETIRADA DO EDITAL	EDITAL N.º 05/2017 (PREGÃO ELETRÔNICO)
<p>OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM VIGILÂNCIA PATRIMONIAL E PESSOAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA, A SEREM EXECUTADOS DE FORMA CONTÍNUA, COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA E DE TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, EM TERESINA, ESTADO DO PIAUÍ.</p>		
Documentos Constitutivos		
<p>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO II - PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS, ANEXO III - TERMO DA PROPOSTA, ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO, ANEXO V - TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, ANEXO VI - DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAÇÃO DA CONTA VINCULADA PARA GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO, ANEXO VIII - GUIA DE RETIRADA DO EDITAL.</p>		
Dados para correspondência informados pela licitante		
EMPRESA:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE:	FAX:	
CNPJ:	E-mail:	
<p>(O Edital quando retirado nos sites www.codevasf.gov.br ou www.comprasgovernamentais.gov.br é gratuito)</p>		
<p>Confirmo as informações constantes desta Guia e declaro ter recebido o Edital e seus Anexos.</p>		
<p>Pela licitante:</p>		
<p>Assinatura _____</p>		<p>D A T A: ____ / ____ / 2017</p>